

Movimento Bem Maior

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2022 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Administradores do
Movimento Bem Maior

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Movimento Bem Maior (“MBM” ou “Associação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Movimento Bem Maior em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a interpretação técnica para entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a interpretação técnica para entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidade: relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 415 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 1 de agosto de 2023


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Ricardo Ramos da Silva
Contador
CRC nº 1 SP 196573/O-0

MOVIMENTO BEM MAIOR

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO SOCIAL</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	5.383.265	2.618.979	Fornecedores		20.986	14.678
Outros créditos	4	<u>57.655</u>	<u>28.191</u>	Obrigações fiscais		13.800	5.911
Total do ativo circulante		<u>5.440.920</u>	<u>2.647.170</u>	Obrigações trabalhistas e previdenciárias		55.433	33.817
				Projetos a pagar	6	<u>-</u>	<u>429.072</u>
NÃO CIRCULANTE				Total do passivo circulante		<u>90.219</u>	<u>483.478</u>
Imobilizado	5	124	373				
Intangível	5	<u>3.300</u>	<u>3.300</u>	NÃO CIRCULANTE			
Total do ativo não circulante		3.424	3.673	Provisão para riscos	7	<u>384.000</u>	<u>269.907</u>
				PATRIMÔNIO SOCIAL			
				Patrimônio social	8	4.897.458	2.745.588
				Superávit (Déficit) do exercício		<u>72.667</u>	<u>(848.130)</u>
				Total do patrimônio líquido		4.970.125	1.897.458
TOTAL DOS ATIVOS		<u>5.444.344</u>	<u>2.650.843</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO SOCIAL		<u>5.444.344</u>	<u>2.650.843</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MOVIMENTO BEM MAIOR

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Valores expressos em reais - R\$)

	Nota explicativa	2022	2021
RECEITAS OPERACIONAIS	9	25.560.000	15.781.494
RECEITA DE TRABALHO VOLUNTÁRIO	9	7.596	7.334
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas com projetos	10	(22.895.702)	(14.537.120)
Despesas com pessoal	11	(368.763)	(253.558)
Despesas administrativas	11	(2.443.807)	(1.963.714)
Depreciação e amortização	11	(249)	-
Impostos e taxas	11	(12.552)	(6.462)
Trabalho voluntário	11	(7.596)	(7.334)
Total das despesas operacionais		(25.728.669)	(16.768.188)
DÉFICIT ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(161.073)	(979.360)
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	12	234.179	131.240
Despesas financeiras	12	(439)	(10)
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO		<u>72.667</u>	<u>(848.130)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MOVIMENTO BEM MAIOR

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Valores expressos em reais - R\$)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	72.667	(848.130)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>72.667</u>	<u>(848.130)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MOVIMENTO BEM MAIOR

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em reais - R\$)

	Nota explicativa	Patrimônio social	Adiantamento Futura Integralização ao Patrimônio Social	Superávit (Déficit) acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		2.002.822	-	(1.257.234)	745.588
Integralização patrimônio social		2.000.000	-	-	2.000.000
Incorporação do déficit do exercício		(1.257.234)	-	1.257.234	-
Déficit do exercício		-	-	(848.130)	(848.130)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		2.745.588	-	(848.130)	1.897.458
Integralização patrimônio social	8	3.000.000	-	-	3.000.000
Incorporação do déficit do exercício	8	(848.130)	-	848.130	-
Superávit do exercício		-	-	72.667	72.667
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		<u>4.897.458</u>	<u>-</u>	<u>72.667</u>	<u>4.970.125</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MOVIMENTO BEM MAIOR

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Valores expressos em reais - R\$)

	Nota explicativa	2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Superávit (Déficit) do exercício		72.667	(848.130)
Ajuste por:			
Depreciação e amortização	5	249	-
Provisão para riscos	7	114.093	269.907
Variações nos ativos e passivos operacionais:			
Outros créditos		(29.464)	(10.162)
Fornecedores		6.308	14.678
Obrigações fiscais		7.889	3.861
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		21.616	21.020
Projetos a pagar		<u>(429.072)</u>	<u>(323.678)</u>
Caixa líquido aplicado atividades operacionais		<u>(235.714)</u>	<u>(872.504)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Integralização de patrimônio social	8	<u>3.000.000</u>	<u>2.000.000</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>3.000.000</u>	<u>2.000.000</u>
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		<u>2.764.286</u>	<u>1.127.496</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	2.618.979	1.491.483
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3	5.383.265	2.618.979
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		<u>2.764.286</u>	<u>1.127.496</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MOVIMENTO BEM MAIOR

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Movimento Bem Maior, daqui em diante designado simplesmente por Bem Maior ou Associação, pessoa jurídica de direito privado, é uma associação sem fins lucrativos ou econômicos, político-partidários e religiosos, com prazo indeterminado de duração.

O Bem Maior tem como finalidade prestar assistência social e promover o investimento social, a cultura da doação e a filantropia de qualquer espécie, visando os seguintes objetivos primordiais:

- i. Elaborar projetos e ações que visem a proteção, valorização e difusão da filantropia e da cultura da doação, incluindo, mas não se limitando a realização de estudos, pesquisas, eventos, cursos, exposições, apresentações, cursos, treinamentos, debates, seminários, conferências, congressos, programas, publicações, entre outros.
- ii. Doar recursos físicos, humanos e/ou financeiros a programas, projetos e ações desenvolvidos por outras instituições sem fins lucrativos e órgãos públicos.
- iii. Coordenar, executar ou coexecutar, e apoiar programas, projetos e ações de cunho assistencialista, educacional, cultural e de promoção de direitos humanos ou que promovam benefícios e/ou bem-estar da população em geral.
- iv. Fomentar e financiar ações e iniciativas de impacto social, de modo a fortalecer tais projetos, podendo praticar quaisquer atos e atividades lícitas voltadas à assistência social, educação, direitos humanos e cultura, mesmo que não estejam listados no presente Estatuto.
- v. Identificar, produzir, gerenciar e disseminar informações e conteúdo sobre a filantropia e a cultura de doação, de modo a contribuir para a discussão qualificada e ampla sobre o tema.
- vi. Apoiar a atuação de movimentos sociais, organizações da sociedade civil, lideranças e outros atores políticos que atuem na promoção da filantropia e da cultura da doação ou demais atividades relacionadas.
- vii. Apoiar ações e iniciativas que estejam vinculadas ao atingimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs).
- viii. Promover ações de ensino, pesquisa, formação e capacitação, relacionados à filantropia ou a outros temas que digam respeito a seus objetivos.
- ix. Selecionar iniciativas de impacto social para receberem aporte de recursos, de modo a estimular e fortalecer tais ações, bem como monitorar a sua execução e avaliar o atingimento dos objetivos e metas estabelecidas.
- x. Promover a o desenvolvimento e a estruturação das iniciativas apoiadas, por meio de apoio técnico, financeiro, e a sugestão de estratégias de governança.
- xi. Firmar convênios, contratos, acordos, termos de parceria, colaboração ou fomento; e quaisquer outros instrumentos legais, pela forma conveniente, com órgãos ou entidades, de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras.

- xii. Promover estudos, pesquisas e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às suas finalidades, produzidos por si ou por terceiros, divulgando-os por quaisquer meios.
- xiii. Estabelecer articulação com o Poder Público para acompanhamento da formulação e execução de políticas públicas relacionadas à filantropia.
- xiv. Realizar captação de recursos para os seus projetos, através do recebimento de doações de doadores pessoa física e pessoa jurídica.
- xv. Receber contribuições, patrocínios, auxílios, dotações, subvenções, doações e legados de seus Associados e de outras pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras.
- xvi. Utilizar-se de bens móveis e imóveis que lhe sejam disponibilizados, a qualquer título, por pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras, na forma que lhe for legalmente permitido.
- xvii. Constituir, associar-se, titularizar cotas do capital social ou ter participação acionária em outras associações, sociedades ou fundações, mediante prévia e expressa autorização do Conselho de Administração.
- xviii. Estabelecer e gerir fundos patrimoniais e outros recursos para financiar suas atividades.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração da Associação e compreendem as demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e o pronunciamento técnico CPC PME (R1) emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e com interpretação para entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)), relativa a entidades sem fins lucrativos.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), moeda do principal ambiente econômico da Associação, sendo, portanto, também a moeda funcional.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

2.4. Continuidade operacional

A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Associação possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, eles continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras.

2.5. Principais práticas contábeis adotadas

2.5.1. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

Ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem outros créditos e recursos financeiros, que representam saldos de bancos e conta corrente.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos, conta movimento com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor, e são utilizadas na quitação de obrigações de curto prazo.

Passivos financeiros não derivativos avaliados ao custo amortizado

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Associação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Associação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Associação tem o seguinte passivo financeiro não derivativo: projetos a executar.

Tal passivo financeiro é reconhecido inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esse passivo financeiro é medido pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos de 31 de dezembro de 2022 e de 2021, incluindo operações de “hedge”.

2.5.2. Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (“impairment”) acumulado, quando necessário.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Computadores e periféricos: 5 anos.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

A Associação aluga espaços de “coworking” para a realização de suas atividades operacionais, quando necessário.

2.5.3. Redução ao valor recuperável

(i) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração da Associação não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

2.5.4. Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

2.5.5. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Associação tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

2.5.6. Apuração do superávit do exercício

O superávit das atividades é apurado em conformidade com o regime de competência.

O superávit do exercício será incorporado ao patrimônio social em conformidade com as exigências legais e estatutárias, uma vez que o superávit será aplicado integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais e de acordo com a Resolução nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 (R1).

2.5.7. Doações

As receitas de doações são registradas quando do recebimento em função da impossibilidade de prever os valores e os períodos de recebimentos e, conseqüentemente, registrar por competência a entrada de tais recursos.

(i) Receitas sem restrições contribuições associativas e doações

A Associação recebe contribuições associativas e doações de pessoas físicas e jurídicas, reconhecidas por regime de competência.

(ii) Receita com projetos

Contribuições e doações vinculadas a projetos reconhecidas contabilmente de acordo com os contratos firmados com financiadores adotando o critério da competência, utilizando-se como base os contratos assinados. Quando ocorrem repasses aos projetos, são reconhecidos contabilmente nas despesas.

2.5.8. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem outras tarifas em conta corrente.

2.5.9. Receitas com trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) Entidade sem Finalidade de Lucro, a Associação valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Associação haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2022 a Associação registrou o montante de R\$7.596 (R\$7.334 em 2021) referente a trabalhos voluntários.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Banco conta movimento	2.961.344	1.735.612
Aplicações financeiras (a)	<u>2.421.921</u>	<u>883.367</u>
Total	<u>5.383.265</u>	<u>2.618.979</u>

- (a) As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, são remuneradas substancialmente de acordo com índices que tenham como meta alcançar a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI com taxa média de 104,2%.

4. OUTROS CRÉDITOS

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Adiantamentos a colaboradores	2.739	2.800
Impostos a recuperar	<u>54.916</u>	<u>25.391</u>
Total	<u>57.655</u>	<u>28.191</u>

5. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

	<u>Taxa anual de depreciação - %</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Software e Hardware	20	124	373
Marcas e Patentes	10	<u>3.300</u>	<u>3.300</u>
Total		<u>3.424</u>	<u>3.673</u>

6. PROJETOS A PAGAR

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Projetos a pagar	-	429.072

Referem-se ao Projeto: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (Mele) em virtude da pandemia o projeto teve seu cronograma alterado e liquidado em 2022.

7. PROVISÃO PARA RISCOS

A Associação, não possui ações judiciais (como réu) de natureza tributária, trabalhista e cível, com probabilidade de perda provável ou possível para os exercícios findos em 2022 e 2021. No curso normal de suas atividades está sujeita a processos de natureza trabalhistas, cível e tributária.

A administração, apoiada na opinião de seus assessores legais, e quando aplicável determina ou não a necessidade da constituição de provisão para contingências. Em 2022 o montante é de R\$384.000 (R\$269.907 em 2021).

8. PATRIMÔNIO SOCIAL

O patrimônio social da Associação é formado pela dotação inicial de seus Associados e pelos superávits/(déficits) acumulados em cada exercício que após sua aprovação são incorporados à rubrica Patrimônio social. Em 2022 a dotação Inicial de Associado, integralizado ao Patrimônio Social foi de R\$3.000.000 (R\$2.000.000 em 2021).

O superávit/(déficit) do exercício deverá ser absorvido no patrimônio social durante o exercício social seguinte, após a aprovação das demonstrações financeiras do exercício corrente pela Diretoria.

O patrimônio social da Associação é de R\$4.897.458 em 31 de dezembro de 2022 (R\$2.745.588 em 2021) montante necessário ao início e manutenção de suas atividades, integralizado em moeda nacional.

O Bem Maior poderá ser dissolvido ou extinto, a qualquer tempo, mediante deliberação em Assembleia Geral Extraordinária.

Em caso de dissolução ou extinção do Bem Maior, todo o seu patrimônio remanescente deverá ser destinado para outra entidade sem fins lucrativos com fins idênticos ou semelhantes e que atenda à mesma legislação a que o Bem Maior é submetido, inclusive a Lei federal nº 13.019/14; ou será transferido a entidade pública, respeitado o Código Civil.

É vedado aos associados e membros receberem em restituição as contribuições que tiverem prestado ao patrimônio do Bem Maior. Dessa forma, o patrimônio social é proveniente da dotação inicial de seus Associados Mantenedores, que assumem compromisso de fazer aporte ao patrimônio social da Associação, nos termos do Estatuto Social, integralizado em moeda nacional.

9. RECEITAS OPERACIONAIS

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita com contribuições associativas	15.050.000	13.375.000
Receitas com projetos	10.510.000	2.400.000
Receita Campanha Dias Melhores BSocial	-	6.494
Receita com trabalhos voluntários	7.596	7.334
Total	<u>25.567.596</u>	<u>15.788.828</u>

10. DESPESAS COM PROJETOS

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Despesas com projetos de impacto comunitário (a)	(3.886.840)	(1.834.080)
Despesas com projetos estruturantes (b)	(10.000.000)	(9.495.154)
Despesas com enfrentamento a pandemia e emergenciais (c)	(204.185)	(300.000)
Repasse Campanha Dias Melhores BSocial (d)	-	(25.056)
Despesas com projetos restritos (e)	(7.541.837)	(2.466.180)
Despesas com fóruns e eventos (f)	(1.262.840)	(416.650)
Total	<u>(22.895.702)</u>	<u>(14.537.120)</u>

A seguir apresentamos a composição das despesas aplicadas nos projetos da Associação:

- (a) Projetos de impacto comunitário: tem como objetivo principal apoiar organizações da sociedade civil e coletivos. O suporte às organizações apoiadas pelos Editais 21/22 e 22/23 ficam à cargo do Instituto Phi, que assessora, realiza o acompanhamento do uso adequado dos recursos e presta contas ao MBM.

- (b) Projetos estruturantes: Referem-se a investimento social estratégico em organizações que alavancam o impacto social:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Instituto Gerando Falcões (Expansão Rede)	(3.500.000)	(2.500.000)
Todos Pela Educação (Educação que dá certo)	(1.500.000)	(1.937.750)
Instituto IUNGO (Formação Continuada de Professores e Gestores Escolares)	(3.000.000)	(4.000.000)
Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (BNCC e Mele)	-	(1.057.404)
Instituto Ação pela Paz (Apoiar projetos e iniciativas que promovam impactos na recuperação social de pessoas privadas de liberdade)	(500.000)	-
Instituto Lemann (Movimento pela Base)	(1.000.000)	-
Associação Crescer Sempre (Melhoria na qualidade da educação de jovens e adultos, na comunidade de Paraisópolis e região)	(500.000)	-
Total	<u>(10.000.000)</u>	<u>(9.495.154)</u>

- (c) Enfrentamento a pandemia COVID-19 e Ações Emergenciais:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Ações Covid-19 (Cestas Básicas para Entidades Assistidas nos Editais 19/20 e 20/21)	-	(300.000)
Ação Combate contra Enchentes (Minas Gerais e Pernambuco)	(204.185)	-
Total	<u>(204.185)</u>	<u>(300.000)</u>

- (d) Dias Melhores - MG: Doações recebidas através da Plataforma BSocial com Gestão do MBM, com o objetivo do fortalecimento do Sistema público de saúde, através de Compra de EPIs para hospitais do Estado de Minas Gerais e compra de Cestas Básicas.

- (e) Despesas com Projetos Restritos:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Projeto Orcan (Doação de óculos Inteligentes) (1)	-	(79.100)
Assoc. Parceiros da Educação (2)	-	(750.000)
Amigos do Bem (3)	-	(225.000)
Transforma Brasil (4)	(600.000)	(200.000)
Instituto Velho Amigo (5)	-	(25.080)
Assoc. Nacional das Universidades Particulares ANUP (6)	(500.000)	(500.000)
Associação Voto Real (7)	-	(200.000)
Instituto Ayrton Senna (8)	-	(187.000)
Associação Renova BR (9)	(1.700.000)	(300.000)
Parceiros da Educação (10)	(1.500.000)	-
Instituto Península (11)	(500.000)	-
Alimentando o Bem (12)	(60.000)	-
Instituto Rodrigo Mendes (13)	(476.564)	-
Inst. Pesquisa em Tecnologia e Inovação IPTI (14)	(590.800)	-
Fundação Amazônia Sustentável - FAS (15)	(1.614.473)	-
Total	<u>(7.541.837)</u>	<u>(2.466.180)</u>

- (1) Projeto Orcan - Doações de óculos inteligentes para deficientes Visuais - parceria com a Secretaria de Educação do Governo da Bahia e Goiás.
 - (2) Associação Parceiros da Educação: Projeto de Parcerias com Diretoria de Ensino - Sul 1 e Sul 2.
 - (3) Amigos do Bem Instituto Nacional Contra a Fome e a Miséria: Tem como objetivo desenvolver programas assistenciais que visem à erradicação da pobreza, o fortalecimento dos vínculos afetivos, fortalecer os movimentos sociais e a integração ao mercado de trabalho.
 - (4) Associação Transforma Brasil: Doação para Fundo SOS Manaus e Projeto Visão 100+.
 - (5) Instituto Velho Amigo: Doação de Cestas Básicas.
 - (6) Associação Nacional Universidades Particulares ANUP: Programa de Fortalecimento Escolar do Arquipélago Marajoara - Rede Mondô.
 - (7) Associação Voto Real: Projeto de Ação de Planejamento 2021/2022 do Ranking dos Políticos. Iniciativa da sociedade civil apartidária que avalia senadores e deputados federais em exercício, classificando-os do melhor para o pior, de acordo com os critérios estabelecidos: combate aos privilégios, desperdício e corrupção no poder público. Os critérios não privilegiam partidos ou pessoas, e sim ações.
 - (8) Instituto Ayrton Senna: Doação para Campanha McDia Feliz.
 - (9) Associação Renova BR: Escola de Formação Política que prepara pessoas comuns de diferentes origens e posicionamentos que desejam participar da Democracia Brasileira.
 - (10) Parceiros da Educação: Projeto de Parcerias com Diretorias de Ensino (Sul 1 e Sul 2).
 - (11) Instituto Península: Doação para Documentário “A Arte de Doar”.
 - (12) Instituto Alimentando o Bem: Projeto de Parceria com objetivo de promover melhoria a moradores em vulnerabilidade social das Comunidades do Perequê e da Serra do Guararu no Município do Guarujá/SP.
 - (13) Instituto Rodrigo Mendes: Parceria no Projeto “Alavancas para uma Educação Inclusiva de Qualidade” que pretende apoiar as redes de ensino na criação de políticas públicas de educação inclusiva, visando a melhoria na qualidade de ensino.
 - (14) Inst. Pesquisa em Tecnologia e Inovação IPTI: Parceria de apoio ao “Projeto de Tecnologia de Apoio à Gestão e Metodologia Pedagógica Synapse”; cujo público-alvo são os gestores e os professores e alunos de alfabetização. Voltado a assegurar continuidade, escala, avaliação e aperfeiçoamento à metodologia Synapse.
 - (15) Fundação Amazônia Sustentável - FAS: Parceria ao projeto “Práticas pedagógicas inovadoras para a melhoria do ensino fundamental e médio na Amazônia profunda” - visando fortalecer 11 redes municipais de educação por meio da educação continuada de professores e gestores.
- (f) Despesas com Fóruns e Eventos: Eventos ligados à fomentação e disseminação da Cultura de Doação no País; tais como; Fórum Brasileiro de Filantropia; Dia de Doar; “Advocacy”.

11. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Despesas com pessoal	(368.763)	(253.558)
Despesas gerais e administrativas	(2.443.807)	(1.963.714)
Depreciação e amortização	(249)	-
Impostos, taxas e contribuições	(12.552)	(6.462)
Despesas com trabalhos voluntários	(7.596)	(7.334)
Total	<u>(2.832.967)</u>	<u>(2.231.068)</u>

12. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receitas financeiras:		
Juros aplicações financeiras	234.179	131.240
Despesas financeiras:		
Despesas bancárias	(439)	(10)

13. ISENÇÕES E RENÚNCIA FISCAL

a. Isenções

O MBM é certificado com a Isenção do Imposto Sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD). Por meio do Processo IS01311526 - DRTC-III o MBM encontra-se Isento do Recolhimento do Imposto até 08/09/2023.

Tal isenção foi obtida nos termos do Decreto 46.655/02, após o reconhecimento do papel do MBM enquanto organização vinculada à promoção dos Direitos Humanos através do Processo 2019/00007, Certificado nº 2092 emitido pela Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo.

b. Renúncia Fiscal

Em atendimento ao item 27, letra c da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, associação apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para o período findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

- IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica).
- CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido).
- PIS sobre as receitas próprias.
- COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias.

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Associação opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

15. AVAIS, FIANÇAS E GARANTIAS

Durante os exercícios findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Associação não apresentou quaisquer avais, fianças e garantias.

16. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração da Associação em reunião realizada em 1 de agosto de 2023.

Ana Carolina Monteiro de Barros Matarazzo
Presidente

Valdemar Bezerra Contador
CRC nº 1 SP 212815/O-9